

Intercâmbios agroecológicos: processos e práticas de construção da agroecologia e da Educação do Campo na zona da mata mineira

Fabício Vassalli Zanelli*

Lourdes Helena da Silva**

Resumo

A Educação do Campo vem se consolidando no Brasil, nas últimas décadas, como um paradigma educacional emancipador, protagonizado pelos povos do campo. Também a agroecologia, nesse período, vem se afirmando enquanto ciência, movimento e prática em defesa do desenvolvimento de uma agricultura ecológica, com a autonomia dos sujeitos que a praticam. Na atualidade da sociedade brasileira, a Educação do Campo e a Agroecologia têm, assim, revelado nítidas convergências. São movimentos, conceitos e práticas que, compartilhando uma concepção de campo, projetam um horizonte de libertação e de transformação social; conferem centralidade ao papel exercido por seus sujeitos sociais; valorizam os conhecimentos e práticas historicamente acumulados e, dessa maneira, contrapõem-se às concepções e ideologias que estigmatizam o campo como lugar de atraso e de ausências. No presente artigo, parte integrante de uma pesquisa sobre a formação de agricultores agroecológicos, buscou-se analisar a experiência dos Intercâmbios Agroecológicos, de maneira a evidenciar alguns limites e potencialidades desta dinâmica de formação em curso na região da Zona da Mata mineira. Na realização desses propósitos, conjugaram-se os procedimentos técnicos de entrevistas semiestruturadas, grupos focais e o método de análise de conteúdo. Os resultados revelam, entre outros aspectos, a existência de um vigoroso processo de construção e socialização de conhecimentos agroecológicos, que tem fortalecido as dinâmicas sociais dos agricultores e impulsionado o desenvolvimento da Educação do Campo e da Agroecologia na região.

Palavras-chave: Educação do Campo. Educação Popular. Agroecologia.

* Mestre pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professor do departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

** Doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Introdução

Há alguns séculos temos assistido à emergência e consolidação do paradigma da ciência da modernidade. Esta ciência se edificou sob os parâmetros da objetividade, da quantificação, da fragmentação dos objetos de pesquisa, da formulação de leis e da criação da metáfora do mundo como uma máquina. A consolidação deste paradigma científico trouxe diversas consequências à humanidade, algumas extremamente positivas, como os inegáveis progressos das descobertas científicas, do desenvolvimento de novos campos disciplinares, do desenvolvimento da informática, das redes de comunicação, entre outras (SANTOS, 1988).

Entretanto, muitas foram as consequências negativas do desenvolvimento deste paradigma, especialmente porque ele se afirmou como o único capaz de encontrar explicações científicas, testáveis, capazes de replicação, ignorando outros modos de produção do conhecimento que não se pautam por seus princípios epistemológicos e suas regras metodológicas (SANTOS, 1988).

Para Santos (1988), a consequência desse desenvolvimento da ciência moderna¹ foi a produção de uma “razão indolente”, imposta pela produção das *Monoculturas do Saber*, ou seja, que considera tudo aquilo que lhe é alternativo e que não se enquadra em suas epistemologias e metodologias como invisível, não credível, não científico, inexistente, ausente, desprezível (SANTOS, 1988).

Exemplo desta concepção foi o modo como a ciência moderna se posicionou frente às transformações do campo, em especial a Revolução Verde – uma proposta unilinear de desenvolvimento do campo, que instalou em todo planeta modelos ditos “ideais” de cultivares e de modos de trabalhar a agricultura e a pecuária.

Este modelo, baseado na artificialização da natureza e sua separação do componente humano, orientou uma tendência à aplicação de modos industriais de produção agrícola, através da pesquisa e incentivo aos monocultivos que, por sua vez, demandaram uso intensivo de insumos externos, mecanização e agrotóxicos. Tais mudanças impactaram a biodiversidade planetária e, principalmente, as populações que viviam no campo e possuíam modos completamente diferentes de viver e de trabalhar a natureza (SEVILLA-GÚZMAN, 2005; PEREIRA, 2012).

No escopo da Revolução Verde, estas populações – com denominações variadas pelas ciências humanas no Brasil² – possuíam a prática do policultivo, do uso comum de terras, dos vínculos comunitários e de parentesco, além de uma relativa autonomia em relação ao mercado, os quais foram sistematicamente ignorados, tidos como residuais e dispensáveis à modernização da agricultura brasileira.

Ao longo do século XX, com a evolução histórica da concentração de terras na sociedade Brasileira e o desenvolvimento do modelo da Revolução Verde, estes povos foram progressivamente expulsos de suas terras, seja pelo uso da força física, do aparato jurídico, pelo enfraquecimento dos laços sociais e comunitários, seja ainda devido ao endividamento oriundo do próprio pacote tecnológico da Revolução Verde.

A parcela da população que permaneceu no campo, por sua vez, foi submetida a um processo de dominação e convencimento do uso de novas tecnologias, através da extensão rural tradicional, que pretendia “estender” o conhecimento da “sede do saber” até à “sede da ausência do saber” (FREIRE, 1983). Estes agricultores passaram a ser alvo de processos de convencimento desta nova prática de agricultura, por parte dos cientistas e técnicos que acreditavam ser essa a solução para o problema da fome mundial.

Aproveitando-se deste ideário de modernização da agricultura, no campo brasileiro foram instaladas práticas extensionistas que se apresentavam enquanto práticas de dominação, de imposição de valores e de desvalorização dos saberes populares. Práticas que se aproximam do que Freire (1987) denomina Educação Bancária, na qual o agricultor é concebido como um ser desprovido de conhecimento e o técnico como o ser iluminado, responsável por depositar o conhecimento em sua mente. Nesta lógica, a educação e a extensão cumpririam a salvadora tarefa de levar conhecimentos a locais e sujeitos em que eles supostamente não existiam.

Todavia, este processo não foi isento de resistências, assim como esta visão unilinear de desenvolvimento agrícola não foi sendo questionada. E nesse aspecto, temos visto não apenas as organizações camponesas e movimentos sociais do campo reconhecendo e denunciando as consequências negativas do paradigma da modernidade, como também a própria ciência tem contestado o desperdício de saberes e de experiências produzidos no interior deste mesmo processo de modernização (SANTOS, 2002).

Adotar uma postura crítica diante da indolência deste paradigma científico, identificar a presença das organizações e lutas populares em diferentes regiões do mundo, resistindo a esta racionalidade e produzindo outras maneiras de estar no mundo, significa também reconhecer, conforme destaca Santos (2002), que a ciência social, como produzida por este paradigma, tem muito pouca utilidade. Sob essa perspectiva, somos conduzidos a três constatações:

Em primeiro lugar, a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que o que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante. Em segundo lugar, essa riqueza social está a ser desperdiçada. É desse desperdício que se nutrem as ideias que proclamam que não há alternativa, que a história chegou ao fim e outras semelhantes. Em terceiro lugar, para combater o desperdício da experiência, para tornar visíveis as iniciativas

e os movimentos alternativos e para dar-lhes credibilidade, de pouco serve recorrer à ciência social tal como a conhecemos. No fim de contas, essa ciência é responsável por esconder ou desacreditar as alternativas. Para combater o desperdício da ciência social, não basta propor um outro tipo de ciência social. Mais do que isso, é preciso propor um modelo diferente de racionalidade. (SANTOS, 2002. p. 2).

Um modelo diferente de racionalidade, segundo Santos (2002), tem sido produzido por uma sociologia das emergências, que, abandonando o procedimento da ausência, assume as iniciativas em curso como emergentes, capazes de substituir um futuro preestabelecido por um futuro de possibilidades plurais e concretas, “sobre as quais é possível atuar para maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade de frustração” (SANTOS, 2002. p. 24).

É sobre esta perspectiva que pretendemos olhar para a especificidade brasileira e latino-americana, onde nas últimas décadas surgiu uma série de movimentos sociais do campo, afirmando modelos diferenciados de agricultura, de desenvolvimento e de educação. A dinâmica de mobilização social, as estratégias de luta e de resistência dos diversos movimentos e organizações camponesas revelam a efetiva capacidade do campesinato em resistir a sua extinção, defendida por alguns acadêmicos em teses sobre o desaparecimento do campo e da representação dos camponeses como atrasados, desqualificados, incapazes.

Ante a esta representação desqualificadora, muitos dos camponeses têm recriado seus modos de produção de existência, afirmando o campo como território de vida, de trabalho e de produção de cultura e, nesse processo, consolidando identidades como sujeitos coletivos, ativos politicamente, portadores de conhecimento e capazes de transformar a sociedade.

No desenvolvimento e afirmação destes processos de resistências, diversas são as estratégias e/ou dinâmicas assumidas pelas organizações e movimentos sociais. Particularmente na região da Zona da Mata mineira, uma destas estratégias são os Intercâmbios Agroecológicos. Os Intercâmbios constituem um programa destinado à formação de agricultores em Agroecologia que tem como princípio o diálogo de saberes entre o conhecimento popular e o conhecimento científico, visando à superação dos desafios vivenciados pela agricultura familiar camponesa na região. Em nossa pesquisa *Educação do Campo e Territorialização de Saberes na Zona da Mata Mineira* (ZANELLI, 2015), conjugamos a realização de análise documental, entrevistas e grupos focais junto a 32 sujeitos – agricultores agroecológicos, técnicos e lideranças do movimento sindical, visando analisar os Intercâmbios Agroecológicos em sua perspectiva metodológica e identificar suas contribuições ao processo de territorialização de saberes agroecológicos na Zona da Mata mineira. No presente artigo, buscamos, a partir de uma breve discussão sobre Educação do Campo e Agroecologia, caracterizar a dinâmica de formação dos agricultores dos Intercâmbios

Agroecológicos, analisando algumas contribuições e limites dos seus processos educativos.

A Educação do Campo: o movimento social afirmando sua concepção da educação

Assim como a agricultura da Revolução Verde assumiu o viés científico-industrial como solução para a fome mundial, a escola no meio rural reproduziu um viés semelhante. Nela, historicamente, foi introduzida uma educação orientada pelo modelo urbano-industrial, cujos conteúdos aliavam-se ao imaginário das cidades e das fábricas, gerando processos educacionais desinteressados e desconectados da vida dos sujeitos do campo (FERNANDES, 2006).

Porém, tal como reagiram ao modelo de agricultura da Revolução Verde, as organizações e movimentos sociais do campo também reagiram ao modelo excludente de educação, aliando-se em um movimento nacional de construção de uma educação e uma escola do campo. Uma educação que, herdeira da tradição da Educação Popular (PALUDO, 2006), tem seus alicerces na Teoria de Paulo Freire, na Teologia da Libertação, na atuação do Novo Sindicalismo e dos Centros de Educação e Promoção Popular, no Pensamento Pedagógico Socialista e em diversas experiências, tanto latino-americanas quanto socialistas do Leste Europeu. Na perspectiva da Educação Popular, a Educação do Campo enfatiza o vínculo entre educação e política, entre educação e projeto de sociedade, entre educação e classe social. A educação, em oposição a uma ideia de neutralidade, é concebida como um ato político, comprometida com a superação das desigualdades sociais (CALDART, 2009; PALUDO, 2006).

Dentre as ideias-força da Educação Popular que alicerçam o movimento da Educação do Campo, Paludo (2006) destaca uma indissociabilidade entre político e pedagógico; um marco ontológico que entende o ser humano como construtor\portador de saberes e culturas; um marco ético que mantém o compromisso com a transformação social; uma proposta pedagógica que sintetiza criativamente a direção e a intencionalidade do ato educativo, tendo por base a problematização, o diálogo e a participação; e, por fim, uma concepção ampla de educação, que envolve processos educativos formais e não formais. São concepções que revelam, tanto na Educação Popular quanto na Educação do Campo, a afirmação de outras logicas educativas, como o reconhecimento dos diferentes espaços e tempos de organização social; do trabalho como princípio educativo, entre outras.

Particularmente, em relação à Educação do Campo, alguns aspectos merecem destaque: em primeiro lugar, a importância e o protagonismo dos movimentos sociais e sindicais na denúncia dos

projetos de morte e anúncio dos projetos de vida para o campesinato. E nesse aspecto, Caldart (2009) enfatiza a importância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos primeiros debates sobre Educação do Campo, enquanto Munarim (2008) ressalta a entrada dos movimentos sindicais que, posteriormente, através dos “Gritos da Terra” e das “Marchas das Margaridas”, reforçaram as demandas populares para instituição das Diretrizes Operacionais da Educação nas Escolas do Campo. Em segundo lugar, a diversidade de sujeitos que constroem a Educação do Campo. Apesar de a Educação do Campo reconhecer a especificidade de cada movimento, território e contexto sociopolítico, uma de suas tarefas essenciais é refletir sobre a luta de classes, identificando nela elementos para compreender e enfrentar as relações capitalistas, que produzem opressão e exclusão em nossa sociedade. Por fim, a afirmação do papel essencial da escola no processo de libertação de corpos e mentes dos camponeses, sem esquecer, no entanto, que a escola não deve ser o objetivo final das transformações: é preciso refletir sobre a totalidade (CALDART, 2012).

Em suma, o que nos interessa ressaltar é que a Educação do Campo não nasce de um vazio social, mas sim das lutas dos movimentos sociais, em um contexto marcado pelas ofensivas do agronegócio ao espaço agrário brasileiro, pelas grilagens de terras, pela expulsão das populações tradicionais e, ainda, em sua penetração nas instâncias governamentais. Não podemos esquecer que os sujeitos coletivos do campo, na defesa da Educação do Campo, afirmam-se enquanto povos do campo, em uma relação com seus territórios que vai muito além da produção de alimentos: campo em uma concepção de território, e não apenas como um setor da economia. É em decorrência desta relação que estes sujeitos coletivos realizam marchas, campanhas, protestos, conquistando importantes avanços em relação às políticas públicas para a Educação do Campo.

Assim, organizações e movimentos sociais se tornam protagonistas na construção da Educação do Campo justamente porque campo, para eles, é território de vida, de trabalho e de (re)produção da cultura. Um protagonismo decorrente, ainda, da defesa e da luta por outro projeto de desenvolvimento do campo que, em reação ao modelo de agricultura da Revolução Verde, também orienta a afirmação dos princípios da Agroecologia.

Agroecologia: Movimento, Ciência e Prática do e com o campesinato

A Agroecologia, inicialmente compreendida como enfoque científico de uma agricultura de base ecológica, recentemente passou a ser interpretada como uma tríade composta por práticas, movimentos sociais e ciência (WEZEL et al., 2009). Enquanto prática, os movimentos sociais e a

ciência se preocupam em construir alternativas ao uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos, intensamente utilizados nos cultivos agrícolas, que, provocando não apenas a contaminação de solos e de cursos d'água, também geram uma crescente dependência econômica dos agricultores, além de diversos problemas para a saúde humana. Nesta perspectiva, a Agroecologia busca desenvolver técnicas ambientalmente adequadas aos cultivos agrícolas e à realidade dos povos do campo.

Enquanto movimento social, a Agroecologia evidencia sua filiação histórica às lutas dos sujeitos coletivos do campo. Nessa perspectiva, força a prática e a ciência a saírem dos campos experimentais, dos cultivos “in vitro”, para investigar como os agricultores e seus movimentos se engajam na construção política de outro modo de praticar a agricultura e de produzir a vida no campo, expressando uma preocupação não apenas ambiental, mas valorizando, sobretudo, o conhecimento historicamente acumulado pelos agricultores e seus engajamentos políticos na construção de uma sociedade mais igualitária.

Atualmente, no Brasil, o MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), movimentos sindicais como a Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag), dentre outros movimentos e organizações camponesas engajados na construção da Agroecologia como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar camponesa, organizaram-se na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Em decorrência das pressões realizadas por esses movimentos sociais, particularmente de atos como o “Grito da Terra” e a “Marcha das Margaridas”, foi sancionada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) pelo Decreto presidencial nº 7794, de 20 de agosto de 2012 (VILLAR et al., 2013).

Enquanto ciência, por sua vez, a Agroecologia nasce interdisciplinar: à medida que vai se afirmando, vai crescendo também o interesse de cientistas de outras áreas do conhecimento. Assim, não apenas profissionais das ciências agrárias mas também das ciências humanas passam a refletir sobre Agroecologia, contribuindo para uma dilatação do conceito. E nesse aspecto, além da preocupação com a técnica do manejo dos agroecossistemas, também ganham relevância os sujeitos construtores da Agroecologia e a matriz em que estão inseridos, na medida em que essa matriz possibilita uma *práxis* articulada à sua identidade local e à sua rede de relações sociais (SEVILLA-GUZMAN 2005).

O reconhecimento dessa *práxis* intelectual e política fortalece na Agroecologia a necessidade de afirmação do conhecimento acumulado pelos agricultores ao longo de gerações, na relação com seus territórios, com suas técnicas, ferramentas, formas de manejo e de sobrevivência. Nesse

aspecto, Sevilla-Gúzman (2005) destaca o potencial da Agroecologia para fazer emergir o conhecimento endógeno – por isso denominada também de Agroecologia endógena – e estimular processos de geração de novas respostas socioculturais e ecológicas ou, ainda, para fazer rebrotar as “velhas” respostas que foram esquecidas.

Ao assumir esta premissa da Agroecologia endógena, muitos projetos passaram a ser executados em diálogo com os movimentos sociais e, com isso, a ciência agroecológica assumiu um compromisso maior com a transformação política, e seus teóricos passaram a defender que “o seu sentido é de orientar e propor uma ruptura com o modelo hegemônico de desenvolvimento rural baseado na monocultura, no latifúndio, no agronegócio e na exclusão social” (RIBEIRO et al., 2007, p. 258).

Atualmente, em nossa sociedade, existe a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), uma associação de caráter técnico-científico que visa incentivar e contribuir para a produção científica em Agroecologia. Além das Universidades e Institutos Federais, a Agroecologia também tem conquistado espaço na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), especialmente com o Marco Referencial em Agroecologia da Embrapa, publicado em 2006.

Esse processo de fortalecimento da Agroecologia, com a ABA-Agroecologia e Embrapa, apresenta implicações práticas diversas. E neste aspecto, Wezel et al. (2009) destacam o fortalecimento da Agroecologia nos órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) do Brasil, assim como na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), implementada a partir de 2004. Villar et al. (2013), por sua vez, fazem referência à construção de editais de pesquisas em interface com extensão voltados para a Agroecologia, através de parcerias entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome (MDS) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Estes autores destacam ainda os projetos de extensão lançados pelo Ministério da Educação (MEC) a partir de 2010, que tanto contemplam linhas de Agroecologia quanto apoiam a implantação e consolidação de núcleos de estudo em Agroecologia em universidades, institutos federais e escolas técnicas.

Assim, podemos considerar que a primeira década do século XXI constituiu um momento importante para o fortalecimento da Agroecologia enquanto ciência na sociedade brasileira. Nesse processo, entre outros aspectos, houve mudanças na definição de Agroecologia, crescendo consideravelmente não apenas a quantidade de disciplinas de estudo, mas também de profissionais e de instituições comprometidos com suas pesquisas. Assumir a Agroecologia como movimento, ciência e prática significa, portanto, enfrentar o desafio de sua articulação enquanto ação política,

forma de produção de conhecimento e aplicação tecnológica:

muitas vezes há uma ligação entre uma visão política (o movimento), uma aplicação tecnológica (as práticas) para atingir as metas, e uma forma de produzir o conhecimento (a ciência). Um ponto-chave aqui para os cientistas é avaliar como essas conexões apertadas podem influenciar a ciência da Agroecologia, onde haverá aplicação para atender a uma visão política usando um conjunto de práticas tecnológicas. (WEZEL et al., 2009. p. 9-10).

Nesse aspecto, consideramos que um dos principais desafios atuais na construção do conhecimento agroecológico seja potencializar as conexões entre movimento-ciência-prática no desenvolvimento de processos sociais capazes de interligar estas dimensões. Decorre daí a compreensão de que, para avançar na construção da Agroecologia, não basta apenas um conjunto de técnicas, um conjunto de teses e um conjunto de pessoas interessadas; torna-se de fundamental importância compreender as formas de articular estas três dimensões em um só processo.

É no contexto dessa articulação entre movimento-ciência-prática na construção do conhecimento agroecológico que destacamos o movimento da Agroecologia na Zona da Mata, que, em sua trajetória de mais de 25 anos de existência, tem possibilitado um conjunto de ações de afirmação e valorização dos conhecimentos e práticas dos agricultores. Dentre essas ações, ganha relevância o desenvolvimento de uma estratégia coletiva de formação dos agricultores denominada Intercâmbios Agroecológicos.

O movimento da Agroecologia na Zona da Mata mineira e os Intercâmbios Agroecológicos

A organização dos agricultores na região da Zona da Mata mineira remonta à década de 1980, inicialmente ligada à luta pelos direitos trabalhistas, com influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), sob inspiração da Teologia da Libertação. Posteriormente, essa discussão dos direitos trabalhistas vai sendo ampliada para os direitos de acesso à terra, educação e Agroecologia (ZANELLI, 2015).

Segundo Cardoso e Mancio (2010), o movimento da Agroecologia na região tem como marca a participação e o protagonismo dos agricultores familiares e de suas organizações sociais e sindicais, que, em parceria com o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira (CTA-ZM) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV) – especialmente pelos Departamentos de Solos e de Educação –, têm buscado avançar na consolidação da Agroecologia.

Na análise do movimento da Agroecologia na Zona da Mata mineira, Cardoso e Ferrari (2006, p. 1) constatarem que o “conceito e a prática da Agroecologia vêm crescendo”, numa perspectiva em que “a pesquisa da realidade, a capacitação dos envolvidos e a produção do conhecimento são dimensões interligadas e inseparáveis da prática de extensão universitária”. Na especificidade do processo de formação dos agricultores, o movimento agroecológico na região tem buscado estabelecer processos educativos a partir da relação dialógica entre os diferentes sujeitos, orientado pelo resgate e valorização dos saberes populares, numa dinâmica marcada pelo entrelaçamento dos saberes populares e científicos, na produção de conhecimentos novos, úteis e compartilhados: os saberes agroecológicos (CARDOSO; MANCIO, 2010).

Nesta dinâmica de construção coletiva dos saberes agroecológicos, tem sido de fundamental importância a presença e a elaboração de metodologias de trabalho que se constituam “não como um fim em si mesma, mas como princípio formativo, em que saberes e fazeres cotidianamente vivenciados possam ser reinventados à luz das ações experimentadas, lidas e debatidas coletivamente, de modo a criar novas referências que superem a ação propriamente dita” (FERRARI et al., 2007, p. 190). Todavia, esta construção não é um processo simples e muito menos fácil. Vários são os desafios enfrentados, assim como várias são as conquistas realizadas.

Nesse aspecto, a constante preocupação com a construção coletiva dos saberes tem possibilitado o desenvolvimento de novos enfoques metodológicos que favoreçam o diálogo com as famílias agricultoras da região. São preocupações e esforços que se ancoram nos ensinamentos de Freire (1983) e na compreensão de que não basta apenas o domínio do conhecimento: é necessário estabelecer formas para que o conhecimento se torne inteligível, com a criação de ambientes propícios à dialogicidade.

Essa preocupação com a construção coletiva do conhecimento, sob essa perspectiva, foi progressivamente ganhando espaço nas propostas e práticas do CTA-ZM e dos parceiros de construção do conhecimento agroecológico na região. Neste processo, ferramentas como o Diagnóstico Rápido Participativo, assim como os referenciais teórico-metodológicos da Pesquisa-Ação, tornaram-se de muita importância. Nesta dinâmica de aprimoramento contínuo das metodologias de Educação Popular e de promoção da Agroecologia, surgiu, a partir de 2007, um importante Programa de construção e de fortalecimento da Agroecologia na região, denominado *Ambientes de Interação Agroecológica*. É no âmbito desse Programa que surgem os Intercâmbios Agroecológicos, uma estratégia metodológica potencializadora do desenvolvimento da Agroecologia na Zona da Mata mineira.

Atualmente, a estratégia dos Intercâmbios Agroecológicos tem sido desenvolvida por meio

da parceria entre Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, CTA-ZM e UFV, em oito municípios da Zona da Mata mineira: Acaiaca, Araponga, Caparaó, Divino, Espera Feliz, Muriaé, Pedra Bonita e Pedra Dourada. Além dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, participam dos Intercâmbios as Associações de Agricultores Familiares, Cooperativas de Crédito Solidário, Associações de Escolas Famílias Agrícolas, Grupos de Jovens Rurais, Associações de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Cooperativas de Produção, Associações de Terapeutas Naturais e representantes de Pastorais de Igreja, de Comunidade Quilombola, entre outros.

Em sua operacionalização, quando o Intercâmbio ocorre pela primeira vez em uma propriedade, normalmente é abordada uma temática geral, envolvendo Natureza, Agricultura Familiar, Diversidade e/ou Agrotóxicos. O objetivo é sensibilizar os participantes sobre estas temáticas gerais, de maneira a diagnosticar a realidade daquela comunidade e, assim, buscar subsídios e informações para os próximos Intercâmbios. A partir do primeiro Intercâmbio, os temas dos subsequentes são definidos e priorizados coletivamente, segundo as situações-problema que surgirem. Normalmente, as etapas e realização dos Intercâmbios Agroecológicos são as seguintes:

Quadro 1 – Etapas dos Intercâmbios Agroecológicos da Zona da Mata mineira

1. Mobilização;
2. Mística de abertura;
3. Apresentação dos participantes;
4. História da família;
5. Caminhada pela propriedade;
6. Socialização dos “Elementos Geradores” e Problematização;
7. Trocas de sementes e mudas;
8. Merenda agroecológica;
9. Encaminhamentos;
10. Mística de encerramento.

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Assim, o processo se inicia com a mobilização da comunidade, em momento anterior ao evento, a partir de ações realizadas pelos Sindicatos dos Trabalhadores e/ou por lideranças dos municípios. Esta ação busca reforçar a importância do movimento dos trabalhadores para a construção da agroecologia. Acrescente-se, ainda, que o convite para participar do Intercâmbio é destinado para toda a família.

No dia da realização do Intercâmbio, as atividades se iniciam com uma Mística – oração,

poesia, etc. –, visando reforçar entre os participantes o sentimento de união, de pertencimento à comunidade e de solidariedade nas lutas. Na sequência, os participantes e as instituições se apresentam e, em seguida, passam a conhecer a história da família e da propriedade, contada pela família. Esta etapa permite trazer à tona elementos importantes da história de vida e trajetória das famílias, sejam eles relacionados às sementes, à vida comunitária, ou ainda desvelar as relações de opressão e exploração vivenciadas, muito comuns na região, em que a maioria das famílias era posseira ou agregada das fazendas, “devendo obrigações” ao fazendeiro.

Após a narrativa da história da família, tem início uma caminhada pela propriedade, com o propósito de que o grupo tenha conhecimento da unidade familiar: a relação com as organizações sociais municipais; a relação com a escola; as nascentes, os tipos de plantio e o manejo realizado; as árvores nativas; os animais domesticados e silvestres; características do solo; plantas espontâneas; doenças, infestações e dificuldades na produção familiar, integração entre agricultura e criação animal; etc. Reconhecendo que subjacente a cada prática existe um conhecimento acumulado, este é um importante momento de socialização dos saberes experienciais adquiridos pelas famílias. Ao final da caminhada, cada participante deve levar consigo um elemento – semente, galho, muda, fruto, inseto, etc. – que tenha lhe despertado a atenção.

Ao retornarem para as proximidades da casa, é formada uma roda de conversas visando à socialização dos conhecimentos. Nesse sentido, cada participante apresenta ao grupo o elemento que trouxe consigo, explicitando o motivo de sua escolha. Neste momento ocorrem muitas trocas de experiências e de vivências. Assim como na perspectiva de utilização das Palavras/Temas Geradores, compreendemos que este momento dos Intercâmbios favorece uma inovação/adaptação com o recurso aos “Elementos Geradores”. Assim, a partir do conhecimento socializado por cada participante sobre os elementos recolhidos, são constituídos os ambientes de partilha de conhecimentos, espaços significativos de formação coletiva em que o técnico atua como importante mediador.

Em caso de um dos temas gerar muitas dúvidas, é sugerido o seu aprofundamento em um próximo Intercâmbio. Ao final do momento de socialização dos elementos, ocorre a etapa de Troca de Mudanças e Sementes para, em seguida, ser realizada a Merenda Agroecológica. E nesse momento, os alimentos tornam-se um importante ponto de reflexão, na medida em que refletem a diversidade cultural e ambiental da região. Após a Merenda, são realizados os informes e os encaminhamentos necessários. Dentre eles, a definição da família/propriedade em que irá ocorrer o próximo Intercâmbio, indicação da data e da temática do encontro, entre outros. Na sequência, é realizada uma outra Mística para finalização do encontro. E assim o ciclo se encerra para ser reiniciado com o

processo de mobilização realizado pelo movimento sindical para realização do próximo Intercâmbio.

Analisando as etapas de realização dos Intercâmbios Agroecológicos, interessa-nos destacar que a sequência adotada estimula a emergência dos conhecimentos e das dúvidas dos participantes, favorecendo um processo de formação coletiva que, partindo do conhecimento popular e de suas práticas, busca avançar em direção a um encontro horizontal e dialógico com o conhecimento científico. E nesse processo, ocorre ainda uma resignificação do papel e função dos técnicos, que, deixando de ser os exclusivos detentores do saber, assumem o papel de mediadores e problematizadores do conhecimento. Assim, eles são responsáveis por estimular o diálogo entre o grupo, identificando a compreensão dos agricultores para, na sequência, auxiliarem na construção das respostas. E nesse aspecto, é importante ressaltar que não se trata de uma valorização extrema do conhecimento do técnico/educador; e muito menos o desprezo total pelo seu conhecimento técnico/científico – faces comuns de um mesmo processo de dominação –; ao contrário, a perspectiva adotada é de um encontro e um diálogo entre os diferentes saberes, afinal:

A dialogicidade não nega a validade de momentos explicativos, narrativos, em que o professor expõe ou fala do objeto. O fundamental é que professor e alunos saibam que a postura deles, de professor e dos alunos, é dialógica, aberta, curiosa, indagadora, e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve. O que importa é que professor e alunos se assumam epistemologicamente curiosos. (FREIRE, 1996. p. 32).

Intercâmbios Agroecológicos: limites e potencialidades

Analisando os Intercâmbios Agroecológicos em sua perspectiva metodológica, tendo como referências a Educação Popular e a Educação do Campo, podemos afirmar a existência de um vigoroso potencial educativo nessas experiências educativas, assim como a presença de fragilidades e limites que ainda necessitam ser superados.

Com relação às fragilidades, os depoimentos dos técnicos e dos agricultores participantes revelam dificuldades vivenciadas por eles na incorporação e implantação dos conhecimentos agroecológicos, indicando a necessidade de ampliar a rede de conhecimentos para uma rede também de práticas. Destacam, ainda, as seguintes necessidades: de que o sequenciamento dos temas dos Intercâmbios seja realizado considerando que cada propriedade é uma realidade diferente; acompanhamento e monitoramento das práticas implantadas e das mudanças ocorridas em cada propriedade. Além disso, os entrevistados relacionam o sucesso dos Intercâmbios ao empenho e esforço do movimento sindical de cada município, destacando que, nos municípios em

que os Intercâmbios são assumidos como uma estratégia de ação do Sindicato, o número de participantes e sua área de abrangência crescem significativamente, enquanto, nos municípios em que os Intercâmbios são apenas uma ação pontual, a tendência é a redução do número de participantes e a perda de dinamismo dessa estratégia metodológica.

Quanto às potencialidades identificadas, os agricultores e técnicos destacam a importância da valorização das conquistas realizadas pelas famílias ao longo de suas histórias de vida; a forte motivação subjacente ao processo de visitação de outras propriedades com experiências exitosas, assim como das famílias que recebem os Intercâmbios; a constituição de uma rede de conhecimentos, gerada pelos Intercâmbios, integrando diversas comunidades e rompendo a concepção da cidade como *lócus* do saber e do campo enquanto *lócus* da ignorância. Nesse aspecto, os entrevistados destacam como características dessa rede de conhecimentos a valorização do conhecimento popular e, ainda, a geração de um processo de formação coletiva que integra agricultores, técnicos, estudantes e pesquisadores. Além disso, foram apontados como conquistas dos Intercâmbios uma melhor compreensão sobre os problemas causados pela agricultura convencional, como o uso intensivo de agrotóxicos, os riscos dos transgênicos, a degradação dos solos, etc., e, por conseguinte, a oportunidade de compreender melhor os benefícios das práticas agroecológicas, assim como a socialização/ampliação das práticas agroecológicas para fortalecimento do movimento da Agroecologia, assegurando o manejo dos agroecossistemas e a saúde dos agricultores que trabalham a terra e dela se alimentam.

Constatamos, ainda, que os Intercâmbios desencadeiam um processo permanente de construção de conhecimentos que, vinculado às condições de vida dos agricultores, possibilitam não apenas a formação, mas também uma tomada de consciência para a ação. Além disso, as aprendizagens construídas a partir dos saberes e das dúvidas presentes nos espaços e tempos não escolares favorecem uma concepção de que a educação não ocorre apenas no espaço escolar. Assim, os Intercâmbios revelam dinâmicas de formação em que os problemas e as práticas se tornam conteúdos das aprendizagens, numa relação entre diagnóstico, problematização e busca de respostas conjuntas para os problemas.

Ao partir da problematização da prática social, socializando os conhecimentos necessários para equacionar os problemas e buscando retornar novamente a prática social, os processos de formação dos Intercâmbios Agroecológicos se alinham com as etapas da pedagogia revolucionária (SAVIANI, 2001). Esta dinâmica envolvendo diagnóstico, problematização e busca conjunta de soluções constitui uma orientação segura tanto no processo de descoberta de novos conhecimentos – método de pesquisa – como no processo de transmissão-assimilação de conhecimentos – método

de ensino.

Desta maneira, podemos afirmar que os Intercâmbios Agroecológicos não apenas potencializam os conhecimentos dos agricultores, mas também contribuem para o aprimoramento dos processos de investigação. E nesse aspecto, ao possibilitar o entrelaçamento dos conhecimentos das famílias agricultoras com os conhecimentos dos técnicos e cientistas, os Intercâmbios Agroecológico, mais que uma coletânea de procedimentos educativos, favorecem a constituição de comunidades epistemológicas, baseadas na problematização e na ação, sustentadas na *práxis* de seus sujeitos e, assim, avançando em direção à Ecologia dos Saberes (SANTOS, 2002).

Considerações Finais

Analisando a experiência educativa dos Intercâmbios Agroecológicos, podemos afirmar a existência de convergências entre os princípios da Educação do Campo e da Agroecologia. Dentre eles, a concepção da educação como um ato conjunto entre educadores e educandos no ato de conhecer; dos educandos como sujeitos portadores de saberes, saberes estes indispensáveis na construção dos processos de aprendizagem. Além disso, um outro aspecto comum é que a Agroecologia e a Educação do Campo vêm se consolidando não apenas enquanto campos científicos, mas também como um conjunto de ações coletivas e como movimentos capazes de pressionar, exigindo os direitos dos agricultores à terra, à educação, ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar e ao território.

De grande importância na sustentação de ambos os movimentos é o legado de Paulo Freire. Especificamente nos Intercâmbios Agroecológicos, a utilização dos referenciais freireanos, como as abordagens dos Círculos de Cultura e dos “elementos geradores”, tem contribuído para avançar na construção de metodologia a serviço da agroecologia, com processos educativos e práticas pedagógicas alicerçadas na matriz sociocultural camponesa e no diálogo horizontal com o conhecimento popular.

Assim, ao inverter a lógica convencional, na qual o conhecimento é propriedade de um técnico e/ou do cientista que realiza a extensão do seu saber, muitas vezes indiferente aos conhecimentos dos agricultores, os Intercâmbios utilizam outra lógica, que busca explorar o profícuo acervo de conhecimentos e de práticas das famílias e comunidades para, a partir daí, fortalecer a base cultural da agricultura familiar camponesa, sua autonomia, sua identidade, seu pertencimento comunitário. Busca-se, assim, estimular a territorialização do conhecimento agroecológico, fornecendo suporte aos territórios da existência material.

Finalizando, queremos destacar que foi possível constar expressivas mudanças em relação ao manejo dos solos, ao cuidado com os recursos naturais, ao incremento e diversificação da produção, à comercialização e ao acesso às políticas públicas na Zona da Mata mineira. Não obstante, o acompanhamento dos Intercâmbios também revelou que o movimento agroecológico na região ainda precisa superar desafios, entre eles a necessidade de ampliar a territorialização dos saberes agroecológicos, de maneira a contribuir para os anseios dos movimentos sociais no estabelecimento de um novo paradigma de desenvolvimento, com base na justiça social, na reforma agrária, na educação do campo, na agroecologia e na conquista da autonomia e da liberdade.

NOTAS

¹ O paradigma da ciência moderna se consubstancia na teoria heliocêntrica do movimento dos planetas de Copérnico, nas leis de Kepler sobre as orbitas dos planetas, nas leis de Galileu sobre a queda dos corpos, na grande síntese da ordem cósmica de Newton e finalmente na consciência filosófica que lhe conferem Bacon e, sobretudo, Descartes (SANTOS, 1988).

² Foram denominados: sitiantes, meeiros, caipiras, tabaréus, camponeses, parceiros, lavradores, roceiros, agricultores familiares e, recentemente, agricultura familiar camponesa (MARTINS, 1990; MEDEIROS, 2001; PETERSEN, 2009). Na América Latina, prevalece o termo campesino (camponês). No caso brasileiro, não há consenso sobre a melhor denominação para este grupo social e, neste trabalho, utilizaremos o termo “agricultores”.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli S. **Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso**. IN: Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009.

_____. **Educação do Campo**. In: CALDART, Roseli S. (Org.). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARDOSO I. M.; FERRARI, E. A. Construindo o conhecimento agroecológico: trajetória de interação entre ONG, universidade e organizações de agricultores. **Revista Agriculturas**, v. 3, n. 4, dez. 2006, p. 28-32. Disponível em: <<http://agriculturas.leisa.info>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

CARDOSO, I. M.; MANCIO, A. B. Conhecimento científico e popular na construção da agroecologia. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, 2. 23 a 26 set. 2010, Viçosa, MG. LANA R. P. et al. (Orgs.). **Anais...** Viçosa: Imprensa Universitária, 2010, v.1, p. 259-269.

FERRARI, E. A.; RIBEIRO, S; MELLO, B.; MONTEIRO, F. O Programa de Formação de Agricultores(as): uma estratégia para a construção coletiva de Participativa conhecimentos em Agroecologia. In: PETERSEN, P; DIAS, A. (Orgs.) **Caderno do II Encontro Nacional de agroecologia**. [S.l]: ARN, 2007. p. 176-195.

FERNANDES, B. M. Os campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. C. (Org.) **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27-39.

- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Pedagogia da Autonomia.** Saberes Necessários à prática Educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MARTINS, J. de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil:** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MEDEIROS, L. S. Sem terra, assentados, agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, N. (Org.). **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 103-128.
- MUNARIM, A. Movimento nacional de educação do campo: uma trajetória em construção. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31. 19 a 22 out. 2008, Caxambu/MG. **Anais...** Rio de Janeiro: Anped, 2008. p. 1-17.
- PALUDO, Conceição. Da raiz/herança da educação popular à pedagogia do movimento e a educação no e do campo: Um olhar para a trajetória da educação no MST. Anais da 29ª Reunião Anual da Associação Nacional da Pós-graduação e Pesquisa em Educação. 15 a 18 out. 2006, Caxambu/MG. **Anais...** Rio de Janeiro: Anped, 2006. p. 1-32.
- PEREIRA, Monica C. B. Revolução Verde. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo, Expressão Popular, 2012. p. 687-691.
- PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.
- RIBEIRO, S.; FERREIRA, A. P.; NORONHA, S. Educação do Campo e Agroecologia. In: ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Construção do Conhecimento Agroecológico:** Novos papéis, novas identidades. Rio de Janeiro: Gráfica Popular, 2007. p. 257-267.
- SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 2, n. 2, 1988.
- SANTOS, B. de S. Para Uma Sociologia Das Ausências e Uma Sociologia Das Emergências. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais,** v. 63, 2002. p. 237-280.
- SAVIANI, D. **Escola e Democracia:** Problemas do nosso tempo. 34. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- SEVILLA-GÚZMAN, E. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. In: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. **Agroecologia:** Princípios e Técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa, 2005. p. 103-132.

VILLAR, J. P.; CARDOSO, I. M.; FERRARI, E. A.; DAL SOGLIO, F. K. Os caminhos da Agroecologia no Brasil. In: GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. **Agroecologia: Princípios e reflexões conceituais**. Brasília, DF: Embrapa, 2013. p. 37-72.

WEZEL, S.; BELLON, T.; DORÉ, C. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agron. Sustain. Dev.**, v. 29, n. 4, out.-dez., 2009. p. 503-515.

ZANELLI, Fabrício V. **Educação do Campo e Territorialização de Saberes: Contribuições dos Intercâmbios Agrocológicos**. 2015. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Viçosa – UFV. Viçosa, 2015.

Agroecological Exchanges: Processes and practices of construction of agroecology and field education in the Zona da Mata region of Minas Gerais.

Abstract:

Rural Education has been consolidated in Brazil in recent decades as an emancipatory educational paradigm protagonized by farm workers. Agroecology has also been asserting itself as a science, movement and practice that defends the development of ecological agriculture and the autonomy of the subjects who practice it. In Brazilian society today, rural education and agroecology have revealed clear convergences. They are movements, concepts and practices that share a concept of the rural life and project possibilities for liberation and social transformation. They confer centrality to the role played by their social subjects; value historically accumulated knowledge and practices and are thus opposed to the concepts and ideologies that stigmatize the countryside as a place of backwardness and deprivation. In this article, which is part of a study on the education of agroecological farmers, we analyze the experience of the Agroecological Exchanges, to understand the limits and potentials of this educational dynamic in the Zona da Mata region. For this purpose, semi-structured interviews, focus groups and the content analysis method were combined. Our results reveal the existence of a vigorous process of construction and socialization of agroecological knowledge, which has strengthened the social dynamics of farmers and boosted the development of rural education and agroecology in the region.

Keywords: Rural Education; Popular Education; Agroecology.

Échanges agroécologiques: processus et pratiques de construction de l'éducation dans le domaine de l'agroécologie dans le Zona da Mata dans la région de Minas Gerais.

Résumé:

L'éducation rurale se consolide au Brésil au cours des dernières décennies, comme un paradigme éducatif émancipateur joué par les paysans. L'agroécologie s'affirme aussi comme une science, mouvement et pratique qui articulent le développement agricole écologique avec l'autonomie des individus qui la pratiquent. Aujourd'hui, dans la société brésilienne, l'éducation rurale et l'agroécologie révèlent des convergences claires. Ces mouvements, concepts et pratiques, partageant une conception de la campagne qui envisage un horizon de libération et de transformation sociale; confère centralisation au rôle joué par leurs sujets sociaux; valorise les connaissances et pratiques historiquement accumulées et est donc opposée aux conceptions et aux idéologies qui stigmatisent la campagne comme lieu de retard et absence. Dans cet article, résultat de la recherche sur la formation des agriculteurs agroécologiques, nous analysons l'expérience des échanges agroécologiques, visant à comprendre les limites et le potentiel de cette dynamique de formation des agriculteurs dans la région de du Zona da Mata. Pour cela, les procédures techniques d'entrevues semi-structurées, groupes de discussion et la méthode d'analyse de contenu sont combinés. Nos résultats révèlent l'existence d'un processus vigoureux de construction et de socialisation des connaissances agroécologiques, qui a renforcé la dynamique sociale des agriculteurs et a stimulé le développement de l'éducation rurale et de l'agroécologie dans la région.

Mots-clés: Éducation rurale. Éducation populaire. Agroécologie.

Fabício Vassalli Zanelli
E-mail: fabricio.zanelli@gmail.com

Lourdes Helena da Silva
E-mail: lhsilva@ufv.br

Enviado em: 17/07/2015
Versão final recebida em: 09/11/2016
Aprovado em: 20/11/2016